

Brasil “queima” reservas

Galvães culpa a crise por forçar o uso das reservas cambiais

O ministro Ernane Galvães, da Fazenda, revelou ontem, que será preciso “queimar” reservas cambiais internacionais para que o balanço de pagamentos do País deste ano seja fechado. A saída da reunião com o ministro Delfim Netto, do Planejamento, ele explicou que isso é consequência da situação econômico-financeira atual.

Ao ser indagado sobre o nível de reservas a ser utilizado, o ministro da Fazenda explicou “só vamos revelar quando o mercado estiver normalizado. O mercado anda muito incerto, com muita confusão... Esse tem uns casos ainda pendentes que estão atrapalhando o tipo de informação que nos ajudaria”. A última posição oficial das reservas cambiais é de 6,9 bilhões de dólares.

O ministro Ernane Galvães reuniu-se demoradamente com o ministro Delfim Netto, na Seplan, discutindo, segundo explicou, assuntos de rotina, como a assinatura, hoje, em Itaipu, da primeira parcela (de 200 milhões de dólares) do empréstimo de 600 milhões de dólares da Comunidade Econômica Europeia (CEE) à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para aplicação no Projeto Ferro-Carajás.

CAPTAÇÃO DE OUTUBRO

A informação de Galvães sobre a utilização de parte das reservas internacionais para cobrir necessidades do balanço de pagamentos foi dada quando se indagava dele sobre o nível de captação de recursos externos no mês de outubro. “Nós não estamos informando sobre captação porque não temos números totais. Mas pelos contratos assinados, e os compromissos de projetos de maior expressão, a quantia é suficiente para completar os números que nós tínhamos em vista para 31 de dezembro” — assinalou o ministro da Fazenda.

Ao ser indagado sobre se a captação em outubro foi maior que em setembro, Galvães, observou: “Não se pode dizer isso. Não diria se foi maior ou menor. Acho que estamos caminhando para 31 de dezembro. Temos que ver o conjunto. Chega-se em dezembro com o balanço de pagamentos fechado”.

— Mas com algumas perdas de reserva? Indagou um dos repórteres que o aguardavam no “hall” de entrada do Ministério do Planejamento. A resposta do ministro Ernane Galvães: “É lógico, é lógico... Com uma situação desse...”

Sobre o fechamento do balanço de pagamentos, Galvães, comentou que “ele, por definição fecha, não? É balanço, débito e crédito, fecha por definição. Como é que se fecha? É com financiamentos, com exportação, com perda de reservas... Isso é uma mistura de coisas. Mas fecha. Chega 31 de de-

zembro, fecha”.

SOBRETAXAS

O Ministério da Fazenda divulgou ontem, um balanço dos produtos brasileiros que estão sendo submetidos a processos de sobretaxas nos Estados Unidos, acusados de prática de “dumping”, isto é, de estarem concorrendo deslealmente com produtos norte-americanos, graças a subsídios governamentais.

Estes processos atrapalham as exportações brasileiras para os Estados Unidos, devendo o assunto contar da pauta do encontro entre o presidente João Figueiredo e o presidente Ronald Reagan, que estará em Brasília, no próximo dia 30. Segundo o balanço divulgado, 18 produtos brasileiros foram acusados de prática de “dumping” pelo governo norte-americano, apoiado em denúncias de sua indústria doméstica.

Destes, três processos estão resolvidos: Os referentes ao fio-máquina, ao arame para concreto pretendido e o das aeronaves. Para os dois primeiros produtos o Governo brasileiro fixou recolhimento definitivos de Imposto de Exportação, como forma de fugir à sobretaxação. Quanto às aeronaves, o próprio governo americano chegou recentemente à conclusão de que as exportações brasileiras do avião Bandei-

rantes não causavam qualquer prejuízo para a sua indústria doméstica.

O Governo brasileiro também optou pelo recolhimento de Imposto de Exportação para outros oito produtos, como medida cautelar, isto é, antes mesmo da conclusão das averiguações, por parte do governo americano, quanto ao nível de subsídio governamental referente a cada um deles. A fixação de alíquotas para o recolhimento do Imposto Sobre as Exportações dos produtos brasileiros teve por objetivo neutralizar, por antecipação, os subsídios de que as indústrias se beneficiam, e evitar que o importador americano seja prejudicado, pois a sobretaxa tem efeito retroativo.

São os seguintes os produtos, cujas alíquotas de imposto de exportação já foram fixadas, mesmo não estando concluídas as averiguações quanto a nível de subsídio: Calçados de couro, com alíquotas de 15 por cento; bolsas de couro para mulheres, 15 por cento; derivados de óleo de mamona, 75 por cento; fios de algodão, 15 por cento; materiais têxteis, 15,63 por cento; roupas de couro para homens e meninos, 15 e 91 por cento e ferro gusa, 15 por cento.

Os demais produtos enfrentam processos de averiguação de nível de subsídios, ainda sem sofrer ação cautelar por parte do Governo brasileiro.